

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 11

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A contrarreforma administrativa (Editorial) 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Novo Refis deve excluir pessoas físicas 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Guedes quer tributo para barrar 'camelódromo virtual' 5

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Presidente Jair Bolsonaro cogita reestruturar carreiras da PRF e Depen 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

PRF deve ter reajuste salarial maior que 5% 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Parlamentares buscam alternativa para corrigir tabela do IR 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeto de ICMS pode tirar R\$ 70 bi de Estados e municípios, diz estudo 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

2023 (VIII): A reforma tributária (Artigo) 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lira acelera PL que limita ICMS a 17% 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Proposta de futuro incerto no Senado 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Por um imposto regulador dos preços dos combustíveis (Artigo) 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O estelionato no preço da energia - VINICIUS TORRES FREIRE 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Há exatos 205 anos, revolução projetou república no Nordeste 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tributos atrasados de empresas e de pessoas somam R\$ 149,9 bi 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Guedes diz que fica se Bolsonaro for reeleito 21

Sexta-Feira, 20 de Maio de 2022

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Governo admite inflação mais elevada 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRADA
ECONOMIA

O código Bolsonaro - RENATO TERRA 25

A contrarreforma administrativa (Editorial)



Já não surpreende mais ninguém o fato de que o presidente Jair Bolsonaro vai encerrar o mandato sem aprovar uma reforma administrativa que contenha e reduza o tamanho dos gastos da União com o funcionalismo público. É, de certa forma, até um alento, dada a baixa qualidade das proposições de sua administração desde o início de 2019, como a recriação da inesquecível Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e as malfadadas tentativas de retirada de direitos trabalhistas. Mas o casamento entre governo e Centrão acaba de render uma inacreditável reviravolta nessa temática. Com apoio do Palácio do Planalto, o Senado quer recriar o anacrônico quinquênio, benefício que havia sido extinto para juízes, em 2005, e para servidores do Executivo, em 1999. Pelos termos de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em discussão na Casa, juízes e procuradores teriam um reajuste de 5% a cada cinco anos de atuação, sem qualquer meta de atuação ou compromisso atrelado ao índice. É praticamente uma contrarreforma administrativa.

O texto, que repousava havia nove anos no fundo dos escaninhos do Congresso, conta agora com apoio explícito do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e encontra amparo no governo, em particular no ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, de acordo com reportagem do Estadão. O custo da benesse seria de ao menos R\$ 7,5 bilhões anuais, considerando ativos e inativos do Judiciário e do Ministério Público, apontam cálculos da Consultoria Legislativa do Senado.

Paradoxalmente, Pacheco defendeu a aprovação do retorno do penduricalho. No programa Roda Viva, o senador disse que a benesse representa uma "valorização" da carreira da magistratura e uma compensação por "privações". Em nome de tal sacrifício, cada juiz representa um custo médio mensal de R\$ 48,2 mil aos cofres públicos, conforme dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), enquanto no Brasil real o salário mínimo no setor privado é de R\$ 1.212 e o desemprego atinge quase 12 milhões de brasileiros.

A movimentação despertou a cobiça de um funcionalismo já mobilizado e em greve. Já há, entre os senadores, iniciativas para garantir o quinquênio a toda sorte de servidores federais civis e militares, ativos e aposentados, tais como defensores públicos, membros do Tribunal de Contas da União e integrantes da **Receita Federal**, Polícia Federal e Banco Central, justificadas pelo "princípio da isonomia".

Ainda não estimado, o rombo anual, evidentemente, seria excluído do arruinado teto de gastos.

Propostas como essa se tornaram praticamente uma tradição no País pela referência ao suntuoso Baile da Ilha Fiscal, também conhecido como O Último Baile do Império, realizado poucos dias antes da Proclamação da República. Neste ano, a farra tem durado semanas - basta lembrar a aprovação dos pisos para agentes comunitários e enfermeiros. Mas há ao menos um ponto positivo a ser destacado nessa comparação: a certeza de que esse tipo de ideia floresce apenas em governos próximos do fim.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Novo Refis deve excluir pessoas físicas

ADRIANA FERNANDES

O Congresso articula um novo programa de parcelamento de débitos tributários (Refis) para médias e grandes empresas, e que deve deixar de fora a renegociação de dívidas de pessoas físicas com a **Receita Federal** - mesmo que elas já alcancem quase R\$ 80 bilhões.

Na Câmara a ideia é beneficiar apenas empresas que tiveram queda de faturamento devido à pandemia.

O próprio presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), já deu publicamente a sinalização de que as dívidas de pessoas físicas, incluindo débitos previdenciários do eSocial, devem ficar de fora.

O consenso entre a Câmara e o Senado é de que o escopo do novo Refis precisa ser reduzido em relação ao que no ano passado havia sido aprovado pelos senadores e, posteriormente, engavetado pelos deputados por ter sido considerado muito "generoso" e "abrangente" por lideranças, incluindo Lira.

Em dezembro, na última sessão antes do recesso parlamentar, ainda houve uma tentativa de aprovar a proposta no plenário, mas o próprio relator na Câmara, deputado André Fufuca (PP-MA), pediu o adiamento, em acordo com o governo.

O projeto seria analisado na primeira sessão deste ano, mas faltou consenso sobre sua abrangência.

No Senado, o novo texto deve ser relatado por Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que já havia sido o relator do projeto anterior que acabou paralisado na Câmara. Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), costuram um acordo para incluir o Refis no projeto de reforma do Imposto de Renda já aprovado na Câmara em 2021 - e engavetado pelo relator no Senado, Angelo Coronel (PSD-BA).

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guedes quer tributo para barrar 'camelódromo virtual'

Por Lu Aiko Otta e Estevão Taiar - De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187221

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187221

Presidente Jair Bolsonaro cogita reestruturar carreiras da PRF e Depen

Agência Brasil

O presidente Jair Bolsonaro sinalizou nesta quinta-feira (19) que existe possibilidade de criar uma proposta para reestruturar as carreiras dos agentes da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). A ideia é equiparar essas carreiras à de agente da Polícia Federal (PF), que ganha atualmente cerca de R\$ 12,5 mil por mês de salário inicial.

Esse é o impasse que está acontecendo. Não tem recurso, é o que a gente pode fazer de diferenciado para o pessoal do Departamento Penitenciário [Depen] e a Polícia Rodoviária Federal, afirmou o presidente durante a live semanal nas redes sociais.

No fim do ano passado, Bolsonaro tinha prometido destinar uma verba já prevista de R\$ 1,7 bilhão para reajustar salários dos agentes federais de segurança, que são justamente os policiais federais, agentes penitenciários e policiais rodoviários federais. No entanto, os servidores de outras carreiras reagiram mal ao aumento de salário exclusivo para as forças de segurança e o governo reavaliou a proposta.

Por causa da indefinição em torno de quem receberá reajuste, diversas categorias têm promovido paralisações e operações-padrão desde o fim do ano passado, incluindo servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), do Banco Central, da **Receita Federal**, entre outros.

Nos últimos meses, a proposta do governo federal passou a ser um reajuste linear de 5% para todas as carreiras do serviço público federal, o que deve custar cerca de R\$ 6,3 bilhões do orçamento, que precisará ser remanejado de outras áreas para que se cumpra a regra constitucional do teto de gastos públicos. Durante a live, o presidente voltou a citar essa proposta, mas ponderou que a decisão ainda não está tomada.

A gente se esforça pra dar um reajuste, que eu sei que é pequeno, para os servidores. Uma sugestão, não está batido o martelo, deixa claro, é de 5%. Isso equivale a mais cortes nos ministérios, explicou.

Nos próximos dias, informou o presidente, negociadores do governo federal deverão se reunir

com representantes de sindicatos de servidores para discutir a possibilidade do reajuste linear de 5% para todos os servidores, além da reestruturação específica das carreiras do Depen e da PRF.

Para o ano que vem, Bolsonaro informou que o projeto de lei orçamentária prevê recursos para reajustes salariais e reestruturação de outras carreiras no serviço público.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/05/5009278-presidente-jair-bolsonaro-cogita-reestruturar-carreiras-da-prf-e-depen.html>

PRF deve ter reajuste salarial maior que 5%



Fernanda StricklandCristiane Noberto

O presidente Jair Bolsonaro (PL) admitiu, ontem, que cortará R\$ 17 bilhões do Orçamento de 2022. Segundo ele, R\$ 10 bilhões desse total cobrirão novas despesas, e R\$ 7 bilhões serão destinados para o reajuste do salário dos servidores, sendo que os policiais rodoviários terão aumento maior do que os 5% que serão concedidos aos demais funcionários públicos federais, de acordo com interlocutores do governo.

As informações sobre os cortes foram dadas pelo presidente durante transmissão ao vivo pela internet, ontem. Ao tratar do reajuste salarial, Bolsonaro disse que o aumento ainda não está definido, mas não poderá ser maior do que 5%, número bem abaixo do reivindicado por diversas categorias de servidores, devido às limitações orçamentárias. Ele não foi claro ao falar do reajuste aos policiais.

"Se me disser de onde eu tiro esse recurso, eu dou 10%, 15%, 20% de reajuste salarial a todos os **servidores públicos**", disse. "Se eu pudesse dar mais, eu daria, mas passamos por um momento difícil por causa da pandemia, que, inclusive, se reflete na **inflação**", comentou. "A gente se esforça para dar um reajuste, que eu sei que é pequeno, para os servidores. Uma sugestão - não está batido o martelo, deixa bem claro - é de 5%. Isso equivale a mais cortes nos ministérios de R\$ 7 bilhões", afirmou Bolsonaro.

O presidente disse que o reajuste salarial dos servidores federais será discutido em uma reunião de representantes do governo com os presidentes de sindicatos de diversas categorias do funcionalismo. "Vou pedir que o nosso pessoal e os presidentes dos sindicatos se encontrem para chegar a um acordo",

afirmou.

"É 5% para todo mundo... não atende à Polícia Rodoviária Federal para evitar que entre em greve. É triste falar isso aí, gente que ganha no teto e quer mais reajuste", disse Bolsonaro.

Segundo fontes do governo, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) deverá ter reajuste maior. Interlocutores do presidente estavam negociando o valor para a categoria, que deve contemplar reestruturação da carreira e aumento de 20% nos salários.

Para as outras áreas da segurança pública, o reajuste está mantido em 5%, assim como para os demais **servidores públicos**. O acordo foi feito ainda em abril deste ano, conforme defendido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que advogou por um reajuste linear.

Durante a transmissão, Bolsonaro não confirmou o aumento da PRF, apenas disse que tem propostas. "Tenho várias propostas, não vou dizer que vai acontecer. Querem atender ali o policial rodoviário federal para chegar no mesmo nível do agente da Polícia Federal, uma pequena subida no teto deles, em torno de R\$ 1,5 mil", descreveu, sem, no entanto, se aprofundar no assunto.

O presidente, porém, manifestou otimismo com a atividade econômica em 2023 e garantiu que, com o aumento da arrecadação, haverá recursos no próximo ano para mais reajuste aos servidores. Bolsonaro afirmou, ainda, que, além de um corte de R\$ 7 bilhões para acomodar o reajuste dos servidores, é necessário remanejar R\$ 10 bilhões no Orçamento para o pagamento de novas despesas.

Parlamentares buscam alternativa para corrigir tabela do IR

A equipe econômica avalia que não seria mais possível corrigir a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) neste ano, mas aliados do presidente Jair Bolsonaro querem manter a medida no projeto de uma **reforma tributária** "enxuta" que poderá ser votado pelo Congresso.

O projeto, já aprovado pela Câmara, voltou ao debate e deve ser votado com a inclusão de um Refis (parcelamento de débitos tributários) para médias e grandes empresas. Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e do Senado (PSD-MG), Rodrigo Pacheco (PSD-MG), vão acertar os termos da reforma.

Na equipe econômica, a justificativa é de que a correção da tabela não poderia ser feita em razão da legislação eleitoral.

A avaliação é de que a correção poderia ser interpretada como um gratuidade, o que não seria permitido.

No Congresso, segundo apurou o Estadão, esse não seria o motivo principal, mas a resistência de Estados e municípios em perder arrecadação. O IR é um tributo compartilhado pelo governo federal com governadores e prefeitos, e o governo Bolsonaro já retirou receita dos governos regionais ao cortar a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Também há pressão para cortar o ICMS (um tributo estadual) de combustíveis, energia, telecomunicações e transporte (leia mais na pág. B4).

MUDANÇAS. O Estadão apurou que o Ministério da Economia encaminhou às lideranças do Congresso cinco pontos que considera para negociação da **reforma tributária** que está sendo chamada de "enxuta": redução da tributação sobre o lucro das empresas (IRPJ e CSLL), de 34% para 30%; tributação de lucros e dividendos em 10%; fim do instrumento de Juros sobre Capital Próprio (JCP); novos dispositivos que regulamentam a distribuição disfarçada de lucros pelas empresas para pagar menos imposto; e atualização monetária de bens no Brasil e no exterior.

Em relação aos dois primeiros pontos, já há entendimento.

A atualização monetária também deve ter apoio dos parlamentares.

As discussões podem avançar na semana que vem depois da votação no Senado de medida provisória que prevê a renegociação de dívidas estudantes com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Projeto de ICMS pode tirar R\$ 70 bi de Estados e municípios, diz estudo

ADRIANA FERNANDES

Se combustíveis, energia e telecomunicações tiverem a alíquota máxima do ICMS fixada em 17%, Estados e municípios devem perder cerca de R\$ 70 bilhões de arrecadação por ano. A previsão é do economista Sergio Gobetti, especialista em finanças públicas que monitora as contas dos governos regionais.

A fixação de alíquota máxima de 17% do ICMS (tributo cobrado pelos Estados) sobre energia, combustíveis, telecomunicações e transportes está prevista em projeto de lei complementar (PLP) que o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), quer pautar na próxima semana.

Lira cobra uma saída conjunta entre Congresso, governo e Judiciário para os aumentos de energia e combustíveis. Para pressionar os Estados a reduzir os **tributos**, ele ameaçou pôr em votação o projeto.

A urgência para a tramitação foi aprovada na noite de quarta.

Um projeto de decreto legislativo, que também tramita em regime de urgência, suspende os reajustes da tarifa de energia na Bahia, no Ceará e no Rio Grande do Norte, podendo ter efeito geral para outros aumentos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Os setores de combustíveis, energia e telecomunicações são chamados de blue chips (mais valiosos) para a tributação do ICMS porque, tradicionalmente, respondem por uma significativa fatia da sua receita.

Há 15 anos, chegaram a responder por mais de 40% da arrecadação.

Hoje, respondem por um terço. Isso ocorre porque, segundo Gobetti, esses são os únicos produtos tributados no destino (onde os serviços ou produtos são consumidos) e, portanto, fora da guerra fiscal travada entre os Estados.

Além disso, as suas alíquotas foram elevadas ao longo das últimas décadas para compensar a perda de receita com benefícios para os demais setores econômicos.

Em alguns Estados, a queda seria de 30% para 17%.

"Reduzir o ICMS da gasolina e da energia sem, ao mesmo tempo, eliminar a montanha de benefícios fiscais em vigor é populismo fiscal e irresponsabilidade", diz Gobetti. Para ele, a melhor forma de corrigir essas distorções e uniformizar a carga tributária do País seria aprovar a PEC 110 da **reforma tributária** que o Senado tenta aprovar este ano, sob resistências. A **reforma tributária** prevê tratamento mais uniforme para todos os produtos e serviços do País, eliminando as diferenças de carga tributária entre as blue chips e outras mercadorias e serviços.

O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz) está preparando os cálculos do impacto do projeto para divulgar aos parlamentares. O ICMS é repartido pelos Estados com os municípios, que também terão o caixa reduzido se o projeto avançar. Os Estados e os municípios já estão perdendo receita com o corte de 35% do IPI.

PRESSÃO SOBRE OS ESTADOS.

O Ministério da Economia considera que os governadores estão com o caixa cheio e podem dar uma contribuição maior para baratear o preço dos combustíveis.

O governo já zerou sua tributação do diesel, mas conta com armas reduzidas para atacar os preços altos - considerados pelo núcleo político do presidente Jair Bolsonaro uma das principais ameaças à reeleição.

Na Câmara, o projeto será discutido na terça-feira, em reuniões de lideranças. A proposta é de autoria do deputado Danilo Forte (União Brasil-CE). O relator será o deputado Elmar Nascimento (União-BA). Como mostrou o Estadão/Broadcast, o projeto foi discutido na quarta-feira na residência oficial do presidente da Câmara com o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida.

Governo faz proposta para resolver impasse sobre imposto do diesel

O Ministério da Economia apresentou ontem ao

Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) proposta para alterar a regulamentação do ICMS único do diesel, criado por lei em março, mas suspenso na semana passada por liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça.

O governo quer que, enquanto não ocorrer a mudança, a base da alíquota atual seja a média móvel dos preços na bomba nos 60 meses anteriores à sua fixação.

Antes da suspensão no STF, a regra fixava um valor único do ICMS sobre o preço final do combustível, mas permitia descontos, o que na prática possibilitou a cada Estado manter a alíquota que aplicava anteriormente.

Na reunião, os secretários de Fazenda tomaram conhecimento da proposta, mas não fizeram nenhuma deliberação.

Segundo o Comitê Nacional dos Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), "o assunto não apreciado será reencaminhado para que as Procuradorias estaduais opinem e numa próxima oportunidade se retornará ao diálogo no âmbito do Confaz".

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

2023 (VIII): A reforma tributária (Artigo)

Fabio Giambiagi

Neste nosso oitavo encontro para debater propostas de governo para o período de 2023 a 2026, vou trazer à baila o tema da carga tributária brasileira.

Tomo como referência o ano de 2008.

Entre aquele ano e a perspectiva do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, a receita líquida do governo central terá caído de 18,9% para 17,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Em 2008, o superávit primário do governo central foi de 2,3% do **PIB** e, em 2023, o governo prevê um déficit de 0,6% do **PIB**. Em 15 anos, a União terá tido uma piora fiscal de 2,9% do **PIB**, com queda da receita e aumento do gasto da mesma importância de 1,6% a 1,7% do **PIB**. O resto foi o ajuste da aplicação do fundo soberano, que reduziu o superávit em 0,5% do **PIB** em 2008.

Se, no longo prazo, o País pretende voltar a ter um superávit primário da União similar ao de 10 a 15 anos atrás, é impossível aspirar a isso apenas mediante cortes da relação gasto/**PIB** num intervalo de tempo razoável. Portanto, faz sentido ter como meta, depois de 2023, alcançar um aumento da receita de, realisticamente, 0,5 a 1 ponto do **PIB** na próxima gestão, tomando como base o ano de 2023, em que o governo espera uma queda em relação a 2022.

De qualquer forma, cabe lembrar que o ponto mais importante de uma mudança tributária é corrigir as distorções que afetam o crescimento da economia. A "agenda tributária" é, primordialmente, uma agenda com vistas ao aumento da produtividade, questão que vai além dos limites estreitos deste artigo, mas que nunca é demais deixar bem clara.

Já em termos do nível da tributação, antes das eleições, a tendência será dizer que "ninguém aguenta mais pagar tanto imposto". Depois, o governante que tiver vencido a eleição se dará conta de que será inevitável que parte do ajuste venha da receita.

Com que medidas? A lista é ampla e inclui o ataque à "pejotização" de pessoas físicas; algum aumento da alíquota superior do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF); a redução do espaço para brechas que fazem com que pessoas de altas rendas difiram a tributação sobre suas aplicações financeiras via fundos exclusivos e offshore; o fechamento de outras brechas que permitem que a tributação do lucro de parte das empresas seja particularmente pequena; a

redução das isenções tributárias a partir de 2024; e, no âmbito subnacional, uma maior taxação sobre a herança.

É a dura realidade da gestão do caixa. Como já escrevi em outras oportunidades, é esperar para ver.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lira acelera PL que limita ICMS a 17%



Deborah Hana Cardoso Taísa Medeiros

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou, ontem, que colocará em votação, na próxima terça-feira, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2022 que estabelece o teto de 17% para alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre combustíveis, energia elétrica e água - que também passariam a ser considerados bens essenciais. A proposta é de autoria do deputado Danilo Forte (União-CE).

Segundo Lira, o andamento do PLP "não é um debate político ou ideológico. É um debate de país". "Esse plenário terá a oportunidade de, realmente, dar um passo decisivo para contribuir contra o abuso dos **impostos** no que se refere a telecomunicações, energias, combustíveis e transportes. Vou conclamar todos os poderes para refletirmos sobre a realidade emergencial do mundo de hoje, que afeta o povo e exige ações institucionais", publicou o presidente da Câmara no Twitter.

Apesar de Lira citar os setores de transportes e comunicações, Forte adiantou ao Correio que serão retirados do texto - foram incluídos, segundo ele, por equívoco da assessoria. O presidente da Câmara fez o anúncio um dia depois de a Casa aprovar a urgência do projeto, o que faz com que o texto possa ser votado diretamente no plenário.

Para Forte, a chance de o PLP ser aprovado é alta. "Estamos dando previsibilidade ao cidadão, estabelecendo um teto. Os estados vêm tendo arrecadação recorde e é preciso ajudar diante do cenário atual. A União abriu mão de receita com o PIS/Cofins e os governos locais precisam fazer sua parte", cobrou.

Para o deputado general Peternelli (União-SP), o limite de 17% não afeta a arrecadação das unidades da Federação. "Quando se aumenta o combustível, o ICMS sobe na mesma proporção, e a receita dos estados que estava estimada vai além. Quando se coloca um teto, em vez de tributar pelo valor, se tributa por litro", explicou.

Mas para a oposição Lira faz do PLP uma cortina de fumaça para tirar o foco da política de preços da Petrobras - atrelada ao mercado internacional - e da privatização da Eletrobrás. "A diminuição do preço da tarifa não vem com alteração no ICMS, seja de energia elétrica, seja de combustível. Vem de quem tem o controle sobre o preço da tarifa", argumentou o deputado Glauber Braga (PSol-RJ).

Segundo o parlamentar, se a política de formação de preço da Petrobras não mudar, o combustível continuará caro. "Enquanto não houver reversão da PPI, não tem mudança de imposto que faça com que haja uma diminuição real do preço para o consumidor", frisou.

Inconstitucionalidade

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no ano passado, que a cobrança de alíquota de ICMS superior a 17% sobre as operações de fornecimento de energia elétrica e serviços de telecomunicação é inconstitucional. Mas, na semana passada, em audiência pública, a Agência Nacional de Energia Elétrica confirmou que a incidência do imposto sobre as contas de luz é, em média, de 21,3% - o que fez aumentar a pressão do Congresso sobre a Aneel para que as geradoras contenham os reajustes.

O caminho para o PLP 18/22 foi aberto pela aprovação, na Câmara, no início deste mês, da urgência para a tramitação de um projeto que impede a distribuidora Enel - que atende ao Ceará - impor ao consumidor um aumento médio de 24,88% na conta. **Inflação**, dólar e combustíveis altos, além do pagamento de empréstimos para parcelar os custos da crise energética nos últimos meses, estão por trás dos reajustes nas tarifas de energia.

Proposta de futuro incerto no Senado

Se o Projeto de Lei Complementar (PLP) 78/22 tem tudo para ser aprovado com facilidade na Câmara dos Deputados, o mesmo não se pode dizer em relação ao Senado. Por ser a Casa Legislativa que representa as unidades da Federação, as bancadas têm tudo para sofrer pressão dos governadores que usarão o argumento da perda de arrecadação para evitar que o texto vá adiante.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que se reuniu com o da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que, em caso de aprovação pelos deputados, levará aos líderes a proposta que estabelece o teto de 17% para a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas tarifas de combustíveis, energia elétrica e água. "Comprometi-me a levar aos líderes o tema, que pode contribuir para a redução do impacto dos **tributos** estaduais sobre o preço dos combustíveis", tuitou.

Cálculos feitos no Congresso apontam que, com um teto de 17%, há a possibilidade de que em algumas unidades da Federação a alíquota que afeta os combustíveis diminua, como é o caso de São Paulo (até 25%), Rio de Janeiro (25%) e no DF (21%). Porém, em outras, a conta vai no sentido inverso, como em Santa Catarina - onde o ICMS tem um peso de 12% sobre o preço do diesel e 25%, para o da gasolina. Por sinal, a Secretaria da Fazenda do estado se manifestou contrariamente ao PLP 18 e alertou que o custo do combustível na bomba prejudicaria os consumidores locais.

Confaz

Ontem, o Ministério da Economia apresentou ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) uma proposta para alterar a regulamentação do ICMS único do diesel, criado por lei em março deste ano e normatizado pelo colegiado, mas suspenso na semana passada por liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça. Pelo texto, o governo quer que, enquanto não ocorrer a mudança, a base de cálculo da alíquota atual seja a média móvel dos preços médios praticados ao consumidor final nos 60 meses anteriores à sua fixação.

Antes da suspensão determinada pelo Supremo, a regra que estava valendo fixou um valor único do ICMS a ser cobrado no preço final do combustível, como manda a lei, mas permitindo descontos, o que, na prática, possibilita a cada estado manter a mesma alíquota que aplicava anteriormente. O valor

estabelecido pelo colegiado de secretários estaduais foi de R\$ 1,006 por litro de óleo diesel S10, o mais usado no país.

Na reunião, os secretários de Fazenda apenas tomaram conhecimento da proposta, mas não fizeram nenhuma deliberação, segundo a assessoria do Comitê Nacional dos Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz). "O assunto não apreciado será reencaminhado para que as procuradorias estaduais opinem e, numa próxima oportunidade, se retornará ao diálogo no âmbito do Confaz", informou a assessoria.

Ao conceder a liminar, no último dia 13, André Mendonça acatou ação em que o governo federal pediu a suspensão da forma como os estados aplicaram a alíquota única do ICMS do óleo diesel. O ministro deu prazo de cinco dias para que Câmara, Senado e o Confaz se manifestem sobre o tema. Em seguida, a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Advocacia-Geral da União (AGU) terão prazo semelhante. (DHC, TM e Agência Estado)

Por um imposto regulador dos preços dos combustíveis (Artigo)

Julia de Medeiros Braga Economista e professora da Faculdade de Economia da UFF (Universidade Federal Fluminense)

Apesar de o Brasil ser detentor de uma das mais generosas riquezas naturais do mundo, como o pré-sal, as rendas governamentais vinculadas à exploração dessas riquezas geram montantes relativamente pequenos aos cofres públicos diante do tamanho da economia e da carga tributária total.

No caso do petróleo, a parcela dos **impostos** incidentes na comercialização dos seus derivados, constituída principalmente do ICMS, é paga pelo consumidor. Mesmo essa carga não é das maiores no mundo: na média da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a participação dos **tributos** sobre o preço final de comercialização é de 54% (dados da Opep de 2020). No Brasil, essa carga na gasolina é de 39%, no diesel, 20%, e, no GNV (gás natural veicular), 23%.

E a carga de **impostos** que incidem na exploração do petróleo e gás no Brasil paga pelas empresas? Esses **tributos** são constituídos de **impostos** federais sobre lucros (CSLL e IRPJ) e as rendas de exploração, que são os royalties e as participações especiais recolhidas por estados, municípios e União.

Segundo a **Receita Federal**, a arrecadação dos **impostos** federais sobre lucros do setor petrolífero foi de irrisório 0,05% do **PIB** na média dos anos de 2011 a 2020, período em que ocorreu um aumento das deduções legais praticadas. Já o pagamento de royalties e participações atingiram níveis recordes de R\$ 74,4 bilhões em 2021, mas representam apenas 0,86% do Produto Interno Bruto. Assim, se em 2021 a soma dos dois totalizar uma carga tributária perto de 1% ou 1,5% do **PIB**, a contribuição da produção de petróleo na receita tributária brasileira fica entre 3% e 4,5% do total arrecadado.

De fato, dados apresentados no livro "International Taxation and the Extractive Industries", por Philip Daniel e outros, ilustram que a arrecadação advinda da indústria extrativa (incluindo petróleo e minérios) tem peso extremamente baixo na receita tributária total no Brasil (menos de 5%), em grande contraste com outros países. Essa participação chega a mais de 60% na Arábia Saudita e Emirados Árabes; no México fica

próxima de 30%; na Noruega e na Rússia, 20%; e, no Chile, 15%.

Na comparação setorial, dados da Firjan (relativos a 2016), considerando **impostos** de todos os entes da Federação sobre produtos líquidos de subsídios, mostram que os setores intensivos na exploração de commodities (incluindo a agropecuária e a indústria extrativa) pagam, juntos, apenas 7% do valor bruto da produção. Já a indústria da transformação paga uma carga tributária de 45%; os serviços de utilidade pública, 40%; o comércio, 36%; outros serviços privados, 23%; a construção, 14%.

Essa subtributação da exploração do petróleo indica fazer sentido a criação de um imposto sobre o direito de exportar o óleo cru, conforme já foi defendido por Sergio Gobetti e outros. O pulo do gato é que esse imposto tem uma lógica oposta aos demais porque não é repassado ao consumidor; pelo contrário, é um incentivo a reduzir o preço interno. Como os preços do petróleo são formados nos mercados internacionais, o imposto sobre a exportação resulta numa redução do lucro exigido pelo exportador para vender internamente.

Embora o preço seja cotado nos mercados internacionais, o custo de extração não é homogêneo e, no Brasil, com o pré-sal, situa-se entre os menores do mundo. Com esse imposto, a regra de preço da Petrobras pode manter a paridade internacional, descontando, porém, essa parcela de **impostos**. Essa alíquota deve ser flexível e escalonada de forma que o desconto tributário seja tão maior quanto maior o preço.

Assim, o imposto acaba tendo um papel regulador contra as oscilações dos preços. Essa alíquota deve ser zerada caso o preço internacional caia para um limiar, de forma a preservar o lucro normal da empresa, considerando seu (baixíssimo) custo de extração e todos os outros, inclusive os custos de importações dos derivados. No médio prazo, esse imposto é também um incentivo fiscal ao aumento da capacidade de refino e de investimentos em escoamento do gás associado.

[...] Essa subtributação da exploração do petróleo indica fazer sentido a criação de um imposto sobre o direito de exportar o óleo cru (...). O pulo do gato é que

esse imposto tem uma lógica oposta aos demais porque não é repassado ao consumidor; pelo contrário, é um incentivo a reduzir o preço interno

Julia de Medeiros Braga Economista e professora da Faculdade de Economia da UFF (Universidade Federal Fluminense)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

17

O estelionato no preço da energia - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

"Nós já saímos do inferno [da **inflação**]", disse Paulo Guedes nesta quinta-feira (19). A carestia está feia mesmo é na Holanda e na Inglaterra, afirmou o ministro da Economia.

Parece que Jair Bolsonaro e seus cúmplices no Congresso não pensam assim. Em desespero, a cada dia aparecem com ideias alopradas de meter a mão em preços, empresas ou na receita dos estados a fim de evitar aumentos de eletricidade e combustíveis pelo menos até a eleição.

Não vai dar certo, a baderna da economia vai aumentar, com prejuízos gerais, e os reajustes podem ser ainda maiores depois da eleição. É uma mistura de estelionato eleitoral, burrice e incompetência até na demagogia.

Na quarta-feira, Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, disse que o Congresso vai suspender o reajuste da conta de luz se o governo não arrumar uma solução para os aumentos, que na média nacional devem ficar em torno de uns 19%. Nesta quinta-feira, Lira disse que vai colocar em votação na semana que vem um projeto que define telecomunicações, energia, combustíveis e transportes como "essências". Assim, a alíquota de ICMS desses serviços não poderia passar de 17% ou 18%, a depender do estado.

O governo foi ao Supremo para mudar a alíquota que os estados pretendem cobrar sobre o diesel a partir de julho. Nesta quinta, tentou convencer os governadores a cobrar menos ICMS sobre o diesel, seguindo uma regra de transição (que dura até o final do ano) da lei recém-aprovada que unifica esse imposto no país.

Ainda que consiga dobrar os governadores, vai conseguir uma redução de centavos no imposto do diesel, de R\$ 0,10 a R\$ 0,20, se tanto, levando em consideração uma média simples dos **impostos** estaduais (isso se a redução de imposto chegar ao consumidor, o que é incerto, e se não causar aumento de imposto, dada a tolice que levaram ao STF). O litro do diesel custa R\$ 6,78, na média nacional.

Baixar o preço do diesel em 10% (67 centavos), por decreto, custaria uns R\$ 42 bilhões em um ano.

Equivale a 40% do lucro da Petrobras em 2021 ou a 5% da receita de **impostos** de todos os estados em um ano.

Obviamente nada disso vai prestar.

Gente de governo e mercado diz que os estados ganharam muito dinheiro com a alta dos combustíveis, quase 41% de receita extra (comparado o primeiro trimestre deste ano com o de 2021). Mas, descontada a **inflação**, o ganho real foi de 27%. De resto, aumentou também o consumo de gasolina (12,5%) e de diesel (3,6%), mesmo com a paulada nos preços. A receita total de ICMS no trimestre cresceu apenas 3%, em termos reais; a receita tributária total, 1,6%. Não é bem uma farra de dinheiro.

Resumo da ópera, querem jogar a conta no colo dos estados com números exagerados, por assim dizer.

Reduzir o ICMS de energia, comunicação etc. pode resultar em alguma queda de preços. No ano passado, o STF decidiu que não se pode cobrar alíquota de ICMS (além da básica) sobre esses serviços. Como os estados reclamaram que perderiam dezenas de bilhões, a decisão passaria a valer apenas em 2024.

Na prática, o Congresso quer antecipar a decisão do STF. Mas vai ter buraco na conta dos estados. Vários deles não merecem piedade, pois estão quebrados por irresponsabilidade e incompetência. Ainda assim, no curto prazo vai ter rombo, coisa de que Bolsonaro e o Congresso não querem saber (têm aprovado aumento de despesa estadual a rodo, como de costume).

Bolsonaro e governistas vadiaram e barbarizaram por quase quatro anos. Agora querem jogar a conta da **inflação** da energia no colo de alguém a fim de se salvarem na eleição, mesmo que causem baderna ainda mais explosiva na ordem econômica.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49917&anchor=6456260&pd=e5913a87d6b797c04ac75c662f83aa5>

Há exatos 205 anos, revolução projetou república no Nordeste

Gabriel Araújo belo Horizonte

Recife já tinha proclamado "pátria em perigo" havia alguns dias, convocando até homens escravizados para compor as tropas em defesa da revolução.

Contudo, naquele 20 de maio de 1817, há 205 anos, o cenário que se impunha à jovem República já era suficientemente desolador: após um persistente bloqueio naval, junto ao avanço das tropas reais na cidade e ao suicídio de um dos seus principais articuladores, a Revolução Pernambucana chegava ao fim.

"Acabou-se a liberdade", escreveu o padre Joaquim Dias Martins na obra "Os Mártires Pernambucanos", manuscrito de 1823 publicado postumamente em 1853. Com a afirmação, grafada em maiúsculas no livro, o religioso lamentava a derrota de uma independência do território brasileiro pautada pelos ideais do constitucionalismo e da igualdade.

Segundo o historiador Evaldo Cabral de Mello, a Revolução de 1817 foi mobilizada mais pela independência do território do que pela república. Ainda assim, o governo que os revoltosos instituíram por 75 dias tinha cunho federalista, constitucional e, no limite, também republicano.

No bojo das ideias liberais suscitadas pelo Iluminismo e frente a uma crescente insatisfação com a Coroa Portuguesa, religiosos, militares e demais membros da elite pernambucana tomaram a cidade de Recife em março de 1817 e proclamaram um governo independente do reinado de dom João 6o.

"Até então, em toda a história da monarquia portuguesa, nenhum movimento desse tipo tinha conseguido chegar ao poder", afirma George Cabral, professor do departamento de história da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e presidente do Instituto Histórico de Olinda.

"Aqui no Recife, eles chegaram ao poder e formaram uma República, que durou dois meses e meio. Também estabeleceram uma estrutura de governo e uma lei orgânica, a primeira Constituição feita por brasileiros, e criaram uma bandeira", conta o historiador.

Ele complementa: "A dimensão da repressão posterior dá uma noção da periculosidade desse movimento dentro da monarquia portuguesa. Nenhum outro movimento teve uma repressão tão feroz".

Desde o século 17, a capitania de Pernambuco havia assumido uma "posição autonomista herdada do período colonial", como escreve Evaldo Cabral de Mello no livro "A Outra Independência: O Federalismo Pernambucano de 1817 a 1824" (Editora 34,264 págs., R\$37,22).

De 1645 a 1654, os pernambucanos resistiram às invasões holandesas e recuperaram, por meio de uma insurreição popular, o domínio do território. Desde essa época, sobreviveu no ideário daquela população um senso de pertencimento à terra.

"Já que expulsaram os invasores holandeses, poderiam também se separar de Portugal", comenta o escritor Leonardo Dantas Silva, autor de "Camaval do Recife" (Cepe Editora, 426 págs., R\$ 50) e consultor do setor de pesquisa do Instituto Ricardo Brennand.

"É por isso que os heróis de Guararapes são invocados em torno das proclamações [da República de 1817]", ele diz, recuperando as batalhas travadas entre o Exército da Holanda e o império português. "Inclusive o Preciso, que é o primeiro jornal da revolução de 1817, afirma: da República de Pernambuco pela segunda vez restaurada." A esse senso de pertencimento, rascunho de uma identidade regional, somam-se, pelo menos, dois fatores.

Por um lado, cresceu no território a influência dos movimentos de Independência dos Estados Unidos, de 1776, e da Revolução Francesa, de 1789, especialmente na forma de livros trocados de forma clandestina entre as sociabilidades maçônicas daquele período.

Por outro, aumentou também a insatisfação com os **impostos** cobrados pela Coroa, que iam para o Rio de Janeiro sem, necessariamente, beneficiar os pernambucanos. "Tudo isso cai num terreno politicamente muito adubado desde o século 17", explica George Cabral, ressaltando a existência de uma mágoa latente da região com os poderes centrais.

"Há um importante elemento que é a fundação, em

1800, do seminário de Olinda", acrescenta. "Fundado pelo bispo Azeredo Coutinho, o espaço era um lugar de formação na medida em que dava valoras ciências naturais e que ensinava francês. No momento em que esses futuros clérigos têm acesso ao idioma, eles passam a ter acesso também a uma série de livros." "É por isso que eles chamam a Revolução de 1817 da revolução dos padres. Tamanho o número dos padres que estiveram envolvidos", afirma o escritor Dantas Silva.

O movimento, que já era confabulado no plano das ideias, finalmente eclodiu no dia 6 de março, quando o capitão José de Barros Lima reagiu à voz de prisão do brigadeiro Barbosa de Castro e matou o soldado português.

Na manhã seguinte, Recife e Olinda cairiam para os revoltosos, que ocuparam os principais pontos da cidade.

A República de 1817 partiu da capitania de Pernambuco e alcançou, em diferentes porções, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará.

Uma das primeiras ações dos revolucionários foi eleger, por meio do voto de cidadãos notáveis, uma junta provisória composta por cinco membros. Cada um deles correspondia a um ofício da sociedade pernambucana: o padre João Ribeiro representava o clero; Domingo José Martins, o comércio; José Luís de Mendonça, a magistratura; Manuel Corrêa de Araújo, a agricultura; e Domingos Teotônio Jorge, os militares.

As medidas seguintes do novo governo tanto ilustram a base constitucional que guiava o projeto quanto servem como precaução às "desordens da anarquia", como relata o livro de Cabral de Mello.

Os revolucionários definiram um Conselho de Estado, designaram um embaixador para fazer representação junto aos Estados Unidos e propuseram um projeto de lei orgânica, que garantia a liberdade religiosa, de opinião e prezava pela igualdade entre os cidadãos.

Contudo, como lembra o historiador George Cabral, existe uma tensão que perpassava todo o processo. "Eles estão falando de liberdade, de igualdade e de fraternidade em uma terra em que 50% da população é escravizada", conta ele.

"A falta de um consenso sobre essa questão é um elemento muito forte de desagregação do apoio à revolução. Pois, no momento da decisão, os senhores de engenho preferiram aderir ou se manter vinculados a uma monarquia que, havia três séculos, garantia a existência da escravidão e o comércio de escravizados." O historiador indica ainda um outro

motivo para a derrota do movimento: a falta de uma robusta estratégia militar e um certo amadorismo para lidar com a defesa do território independente.

Após algumas batalhas pelo caminho, o Exército português encontrou uma Recife evacuada quando chegou à cidade, em 19 de maio. A rendição completa das tropas revoltosas aconteceria apenas um dia depois.

Em seguida, sucedeu-se uma repressão violenta, com enforcamentos, esquartejamentos, prisões e torturas daqueles que haviam aderido ao movimento.

"A historiografia oficial brasileira foi tão eficaz nas suas ramificações pelo ensino da história que ela conseguiu fazer com que os próprios pernambucanos esquecessem 1817", observa George Cabral.

Uma série de fatores explica essa ausência de memória. Quando o Brasil enfim se torna independente, processo que durou de 1822 a 1825, é o projeto vitorioso de dom Pedro 1º que ditará os rumos da nação. Em meio a uma monarquia centralista e autoritária, era contraproducente falar sobre república.

Além disso, quando a república foi, enfim, proclamada, em 1889, Tira dentes foi escolhido como herói. "É um herói branco", reflete Cabral, "que não chegou a dar um tiro e que representa aquilo que o novo regime precisava como elemento de coesão nacional, sem o radicalismo que outras figuras da Bahia e de Pernambuco tiveram".

Atualmente, em meio a diversas iniciativas que, desde o final do século 20, buscam popularizar a memória da Revolução Pernambucana no Estado, está a representação de Leonardo Dantas Silva perante o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco.

O escritor defende que seja afixado o nome de todos os mortos pelas revoluções no Monumento aos Mártires de 1710, 1817 e 1824, estátua localizada na praça da República, na capital Recife.

"Todos esses patriotas que morreram pela causa da liberdade merecem ter seus nomes talhados no granito, de maneira a serem lembrados pelas gerações do presente e do futuro", escreveu Dantas Silva.

"Eles estabeleceram uma estrutura de governo e uma lei orgânica, a primeira Constituição feita por brasileiros, e criaram uma bandeira" George Cabral presidente do Instituto Histórico de Olinda

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

17

Tributos atrasados de empresas e de pessoas somam R\$ 149,9 bi

ADRIANA FERNANDES

A dívida tributária total de pessoas físicas e jurídicas soma R\$ 2,05 trilhões. Desse montante, R\$ 149,9 bilhões são dívidas em aberto de empresas e pessoas físicas (ou seja, a dívida venceu e o contribuinte não pagou).

O restante é dívida de contribuintes que já foi parcelada ou em discussão nas esferas administrativa e judicial.

Fontes informaram que a ideia agora é aproveitar a introdução de um novo programa de parcelamento na reforma do Imposto de Renda que está no Senado, mas excluir o benefício para empresas que não tiveram queda de faturamento.

Tudo dependerá dos rumos da negociação, que só será concluída depois da votação pelo Senado da medida provisória (MP) que trata do refinanciamento de dívidas de estudantes com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Nessa MP, foi incluído um aperfeiçoamento do instrumento de transação tributária na cobrança de créditos em contencioso administrativo, por adesão ou por iniciativa do devedor. Hoje, esse processo só pode ser feito pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Das dívidas das pessoas físicas com a Receita, R\$ 4 bilhões são de débitos previdenciários do eSocial, plataforma digital que há sete anos é usada também para o registro de empregados domésticos. Hoje, quase 1,5 milhão de domésticos (dos 5,6 milhões entre empregados com carteira assinada e informais) estão no eSocial. O volume de dívidas de pessoas físicas cobradas pela Receita é de R\$ 79,7 bilhões, sendo R\$ 30,5 bilhões em aberto.

Os dados são da **Receita Federal** com base nos créditos que tinha a receber ao fim de dezembro de 2021. A equipe econômica estima que cerca de R\$ 100 bilhões poderão ser renegociados no novo Refis para médias e grandes empresas, a depender do modelo que for aprovado pelo Congresso, e botou o parcelamento na lista de risco fiscal a ser monitorado nos próximos meses.

REFIS JÁ ATIVO. As micro e pequenas empresas já

contam com um novo Refis depois de uma novela que envolveu derrubada de veto presidencial e meses de indefinição sobre a compensação da renúncia do programa.

Ao fim, os bancos acabaram onerados para o governo cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sobre o projeto de um Refis amplo, aprovado no Senado, Lira disse, no mês passado, depois de se reunir com o ministro da Economia, Paulo Guedes: "Aquele texto dificilmente será votado."

Já não foi no ano passado, por dificuldades. Do nosso ponto de vista, ele estava muito expansivo. Precisa tratar de quem realmente foi prejudicado na pandemia, de quem realmente teve prejuízo".

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guedes diz que fica se Bolsonaro for reeleito

JOÃO SORIMA NETO joao.sofima@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo admite inflação mais elevada



O Ministério da Economia piorou as projeções de **inflação**, elevando de 6,55% para 7,90% a previsão de alta do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano, e de 3,25% para 3,60%, a estimativa para 2023, conforme dados do Boletim MacroFiscal divulgado, ontem, pela Secretaria de Política Econômica (SPE) da pasta.

Com isso, as estimativas do governo para o indicador oficial do custo de vida ultrapassaram o centro da meta de **inflação** também em 2023, devendo convergir para o objetivo apenas em 2024, segundo o órgão. A meta de **inflação** determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) deste ano é de 3,50%, já ultrapassada pelo IPCA acumulado de janeiro a abril, de 4,29%. O limite superior dessa meta é de 5% e há estimativas de grandes bancos, como o francês BNP Paribas, já prevendo que o IPCA deste ano fique em 10%, como ocorreu em 2021. Para 2023, a meta de **inflação** é de 3,25% e o teto, de 4,75%.

Além da surpresa com a alta dos preços dos alimentos e bebidas, um dos vilões da **inflação**, os constantes aumentos dos combustíveis - acompanhando a alta do petróleo no mercado internacional devido à guerra na Ucrânia - foram alguns dos principais fatores apontados pelos técnicos da equipe econômica para a revisão nos dados de **inflação**.

Salário mínimo

A SPE também piorou as estimativas de outros dois importantes indicadores de **inflação**: o Índice Nacional

de Preços ao Consumidor (INPC) e o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI). Pelas novas projeções do governo, o INPC, que mede a **inflação** das famílias mais pobres e corrige o salário mínimo, deverá encerrar 2022 com alta de 8,10%, acima dos 6,70% previstos no relatório anterior, de março. Considerando essa nova estimativa, o piso salarial terá uma correção de R\$ 98 sobre o valor atual, de R\$ 1.212, podendo passar para R\$ 1.310 no próximo ano. Esse valor é superior aos R\$ 1.294 previstos pelo governo no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2023, enviado ao Congresso em abril.

Conforme dados do próprio governo no PLDO de 2023, a cada R\$ 1 a mais no salário mínimo, as despesas do governo federal aumentam R\$ 389,8 milhões. Portanto, para os R\$ 16 da diferença com a previsão inicial do piso salarial, será preciso arrumar espaço fiscal para mais R\$ 6,3 bilhões em despesas no Orçamento de 2023.

Apesar da piora no cenário inflacionário, que não para de corroer o poder de compra dos consumidores brasileiros, a SPE manteve as projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**), de 1,5%, neste ano, e de 2,5% de 2023 a 2026.

Diante da melhora no ritmo de recuperação do setor de serviços, a SPE elevou a estimativa de avanço do **PIB** do primeiro trimestre deste ano, passando de 1%, no boletim de março, para 1,4%, em maio. Apesar da melhora, o dado apresenta desaceleração em relação à alta de 1,6% no quatro trimestre de 2021.

O setor de serviços é o único componente da oferta no campo positivo, com alta de 2,3% no trimestre. Já agropecuária e indústria devem encolher 3,5% e 1,5%, pelas estimativas da SPE.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, evitou comentar os dados ruins da **inflação**, e festejou as previsões do **PIB**, porque o mercado está melhorando as projeções anteriores. "Todas as revisões estão sendo feitas para cima, como tínhamos previsto no início do ano. Alguns previam recessão e, agora, todo mundo está convergindo para a nossa estimativa. Ainda acho que podemos ter surpresas positivas", disse o ministro, na apresentação do boletim.

De acordo com Guedes, o país está "seguindo com uma recuperação consistente" e com um processo de consolidação fiscal em curso. "O Brasil está com o fiscal forte e bastante melhor do que o desempenho

fiscal de todos os países lá de fora", afirmou o ministro. Ele não comentou sobre a piora das previsões de **inflação** e muito menos fez menção aos riscos fiscais crescentes diante das perspectivas de aumento de gastos do governo, como o reajuste dos servidores e das novas despesas que podem ser criadas pelo Legislativo e que vão exigir cortes no Orçamento deste ano.

Novos parâmetros

Ministério da Economia piora as previsões para a inflação, mas mantém projeções para o PIB no boletim MacroFiscal, parâmetro da política econômica do governo

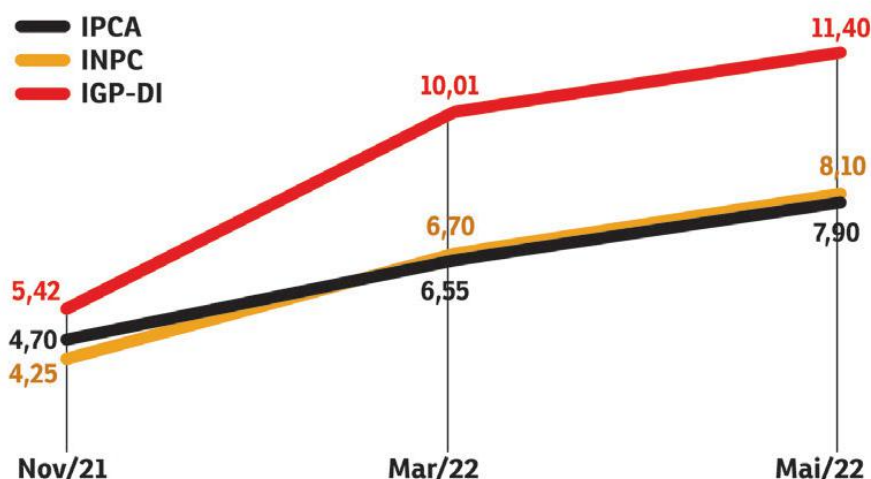
PROJEÇÕES PARA O PIB

Em % ao ano

| Ano | Nov/21 | Mar/22 | Mai/22 |
|------|--------|--------|--------|
| 2022 | 2,10 | 1,50 | 1,50 |
| 2023 | 2,50 | 2,50 | 2,50 |
| 2024 | 2,50 | 2,50 | 2,50 |

PROJEÇÕES PARA A INFLAÇÃO DE 2022

Em % ao ano



1,4%

previsão de crescimento da SPE para o PIB do primeiro trimestre de 2022, acima de 1% estimado em março

R\$ 1.310

previsão para o salário mínimo de 2023, considerando nova previsão

R\$ 9,710 trilhões

previsão da SPE para o PIB Nominal de 2022

86,72% do PIB

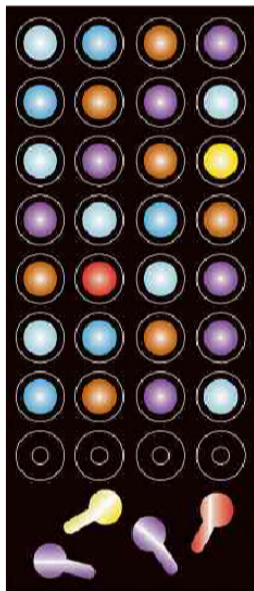
projeção do governo para dívida bruta para 2022 no PLDO* de 2023

*Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias

Fonte: Boletim MacroFiscal - Secretaria de Política Econômica (SPE)/Ministério da Economia



O código Bolsonaro - RENATO TERRA



Débora Gonzáles

RENATO TERRA

Uma comissão formada por linguistas, psicólogos, matemáticos e fãs de Tom Zé convocou a imprensa para afirmar que, enfim, o Código Bolsonaro havia sido decodificado. "Primeiro, senhor cidadão, tentamos entender com quantos quilos de medo se faz uma tradição. Depois, com quantas mortes no peito se faz a seriedade. Com isso, senhor cidadão, criamos um algoritmo que consegue confundir para esclarecer o Código Bolsonaro", explicou Angélica Consolação, porta-voz da comissão.

Em seguida, mostrou as evidências.

Jair Bolsonaro disse que seus adversários iam transformar o Brasil numa Venezuela. No seu governo, a **inflação** disparou, as interferências no Judiciário são frequentes, a presença de militares na política é norma, o autoritarismo paira no ar, as instituições são corroídas por dentro. Em outras palavras: nunca estivemos tão próximos de virar uma Venezuela.

Jair Bolsonaro acusou seus adversários de corrupção. No seu governo, surgiram as denúncias de rachadinha, as vultosas movimentações em dinheiro vivo de sua família, os cheques na conta da Michelle, a prevaricação diante das denúncias da Covaxin, o caso dos pastores no MEC, o orçamento secreto. Delegados são trocados quando uma investigação avança.

Jair Bolsonaro acusou seus adversários de ceder à velha política. No seu governo, entrou para o partido de Valdemar Costa Neto. Fechou alianças com Fernando Collor, Roberto Jefferson.

Jair Bolsonaro acusou seus adversários de abuso de autoridade. No seu governo, Sergio Moro deixou o Ministério da Justiça alegando que Bolsonaro interferiu na Polícia Federal.

Jair Bolsonaro acusou seus adversários de serem contra a liberdade. No seu governo, o Ministério da Defesa publicou uma nota saudando o golpe militar de 1964.

Jair Bolsonaro acusou adversários de promover política de toma lá dá cá com o centrão. No seu governo, o Ministro da Casa Civil é do centrão.

"Não precisa ser um Alan Turing para decodificar o Código Bolsonaro. Todas as suas acusações revelam uma parte de sua personalidade que ele gostaria de manter enrustida. Para perceber as intenções do presidente, basta observar quais são os temas de suas acusações", concluiu Angélica Consolação.

Em seguida, a comissão apresentou uma pergunta: "Há tempos, Bolsonaro acusa seus adversários de fraudes nas eleições. O que ele quer dizer com isso?".

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49917>